



(Tradução)

Resposta às questões não respondidas durante o debate sobre as Linhas de Acção Governativa 2016 da área de Segurança

Dentro das 138 questões levantadas por 32 deputados, o Secretário respondeu 136, o que representa por volta de 99% das questões foram respondidas, e que sobraram 2 questões que vai ser respondida pelo seguinte:

A questão levantada pelo Deputado Ng Kuok Cheong

1. Quanto ao combate aos trabalhadores ilegais, qual o ponto de situação relativo ao plano de intervenção dos deputados e dos representantes das associações laborais, assunto sobre o qual já tínhamos questionado? Já pensou em instalar câmaras de vigilância na zona da “terra de ninguém” para combater os condutores que exercem funções não autorizadas?

Resposta:

No que se diz respeito ao combate do trabalho ilegal, as autoridades de segurança mantêm uma atitude de abertura, auscultando opiniões favoráveis para o combate a essas actividades ilegais, incluindo o plano de intervenção dos deputados e de associações laborais. Há, porém, que considerar a existência de diferentes níveis de obstáculo de segurança e de perigo nos estaleiros ou em obras de construção civil, exemplificando: a falta da instalação de paredes exteriores ou inexistência de protecção de segurança em alguns prédios; a colocação de tábuas de madeira nas caixas de elevadores antes da instalação destes em alguns andares dos prédios, constitui um incremento do risco de ofensa à integridade física ou mesmo perigo para a vida, em caso de descuido; Sendo assim, as acções de fiscalização nas obras e estaleiros civis têm um considerável grau de perigo, constituindo dever da polícia zelar pela segurança do pessoal que procede a acções de fiscalização nesses lugares, apesar de termos o cuidado de destacar pessoal com experiência nessa área, tal não obsta a também já se registem casos de agentes da PSP ficarem feridos em acções de fiscalização. Pelo que, para garantir a segurança dos cidadãos, não acolhemos a ideia de intervenção dos deputados ou representantes das associações laborais nessas acções de combate aos



澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
保安司司長辦公室
Gabinete do Secretário para a Segurança

trabalhadores ilegais. O que acontece é que as autoridades têm toda a disponibilidade para auscultar as opiniões sobre a execução da lei dos diferentes sectores da sociedade, bem como mantemos a nossa abertura a todas as opiniões que ajudem no combate aos trabalhadores ilegais, gostando igualmente que os cidadãos nos forneçam mais informações, com vista a tornar mais eficazes as acções de combate dessas actividades ilegais.

Relativamente à instalação de câmaras de vigilância na zona da “terra de ninguém” para combater os condutores que exercem funções não autorizadas, como neste momento, a Polícia só pode aplicar a lei e a monitorização na área pertencente ao território de Macau, assim a instalação de câmaras de vigilância sob o controlo da Polícia de Macau nesta área fora da sua jurisdição, não é viável. Porém, a Polícia de Macau manterá uma comunicação íntima e troca informações com os serviços competentes do Interior da China, intensificando as medidas de gestão da entrada e saída nos postos fronteiriços, com vista a combater as actividades delituosas em conjunto e assim garantindo a segurança do território.

Questão levantada pela Deputada Lei Cheng I:

2. Quais são os pareceres de revisão de legislação sobre o combate aos trabalhadores ilegais que o Sr. Secretário deu? E foram aceites pelos serviços com competência legislativa?

Resposta:

Quanto à questão da revisão da legislação sobre o combate aos trabalhadores ilegais, a Secretaria para a Segurança ainda não entregou, de forma activa, parecer aos serviços com competência para legislar. No entanto, estamos abertos a ouvir, de todos os sectores da sociedade, contributos que permitam o consenso sobre essa matéria.